

III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares  
USPoficina, de 13 a 15 de outubro de 2004

## TUPINISMOS E AFRICANISMOS NA VISÃO DE MATTOSO CÂMARA

Angela França

Universidade de São Paulo

### **Introdução**

Além do português brasileiro, sabemos que Mattoso Câmara também se interessou pelas línguas ameríndias do Brasil, bem antes de sua atuação, a partir de 1958, à frente do Setor Lingüístico na Divisão de Antropologia do Museu Nacional. Exemplificam a continuidade de seu interesse pelas línguas indígenas o artigo “O ensino do tupi” (1934), publicado no jornal carioca *Correio da Manhã*, e a famosa *Introdução às Línguas Indígenas* (1965), livro que reuniu aulas que Mattoso Câmara ministrou a pós-graduandos do curso de etnologia brasileira, em 1960. Contudo, no legado de sua obra, Mattoso Câmara pouco mencionou as línguas vindas da África.

Com efeito, na constituição da variedade brasileira do português as conjunturas sócio-históricas do contato das línguas indígenas e africanas — substrato, adstrato, superestrato, condicionadores de empréstimos lexicais, transmissão irregular e até criouliização — são referidas eventualmente por Mattoso Câmara em certos trabalhos, tais como: os *Princípios de Lingüística Geral* (1941, 1954); “Línguas européias de ultramar: o português do Brasil” (1963); *The Portuguese Language* (1972, ou na versão de 1975, *História e Estrutura da Língua Portuguesa*), e *Dicionário de Filologia e Gramática referente à língua portuguesa* (1964, 1.<sup>a</sup> edição de 1956). No *Dicionário*,

por exemplo, Mattoso Câmara classificou tupinismos (como *aipim*) e africanismos (como *cochilar*) um tipo de brasileirismo: o brasileirismo lexical, isto é, empréstimos em uso no português americano, em oposição ao uso lusitano.<sup>1</sup> Luchesi (2001: 98) afirma que o referencial teórico estruturalista adotado por Mattoso Câmara o impediu de destacar o papel dos falares dos escravos africanos no Brasil. Tendo como fonte os trabalhos mencionados, busco responder à questão — por que Mattoso Câmara dedicou pouca atenção aos falares de africanos no Brasil — reconstruindo a explicação que o autor propôs para certos efeitos observados na pronúncia do português popular brasileiro provenientes do contato com as línguas indígenas e africanas.

## 2. Tupinismos + africanismos = brasileirismos

A questão dos tupinismos e africanismos aparece na primeira edição dos *Princípios de Lingüística Geral* (Câmara Jr. 1941: 158-9) no bojo da distinção entre o conceito de ‘mudança’, tal como era entendido antes de Saussure, e a noção de ‘empréstimo’, abrangendo “o conjunto de mudanças que uma língua sofre em contato com outras”. Nesse sentido, Mattoso Câmara (1941: 169-170) rejeita a hipótese do substrato como explicação válida para os efeitos devido ao contato entre línguas. O autor desqualifica, por exemplo, a aplicação da teoria dos substratos efetuada por Rodolfo Lenz, em 1940. Lenz procurava demonstrar o substrato araucano no espanhol do Chile, fornecendo como evidências alterações que, de fato, eram variações regionais encontradas na América espanhola e na Península Ibérica. Sendo assim, Mattoso Câmara afirma que o efeito de um substrato não é o de mudar a língua adotada: a mudança lingüística não depende de fatores externos ao sistema lingüístico em questão e é consequência do uso, por isso, ocorre gradualmente. Na visão de Mattoso Câmara,

---

<sup>1</sup> Cf. Mattoso Câmara (1964[1956]), os outros três tipos são o fonológico, o morfológico e o sintático.

língua é um legado social, transmitida de pais para filhos. Isso o leva a situar o início da mudança lingüística no processo de aquisição da linguagem. Na sua interpretação (Câmara Jr. 1941: 159), esse momento favorece não só as evoluções no sistema fonológico e morfológico, mas também alterações no próprio vocabulário “nuclear, que apóia a aquisição da linguagem na infância”. Por essa razão, a presença de tupinismos e africanismos no português do Brasil é entendida como um caso de empréstimo vocabular. Desse modo, desde a “época do bilingüismo português-tupi, até o período do ‘português crioulo’ dos escravos” (Câmara Jr. 1975: 30), o acervo lexical do português americano se valoriza frente ao léxico do português europeu com o acréscimo de palavras originárias das línguas indígenas e africanas.

Particularmente, o caso dos empréstimos de origem africana é explicado de uma perspectiva, digamos, sociolingüística. Por um lado, o papel do escravo negro (em especial, da “mãe preta”) é relevante dentro da estrutura social familiar brasileira, acentuando a aquisição de palavras das línguas africanas pelas crianças brancas de “nossos antigos latifúndios” (cf. Câmara Jr. 1941: 236-7). Por outro lado, o fator de transmissão irregular atua no processo de aprendizagem do português pelo negro escravizado que, dada sua total exclusão da sociedade colonial, está impedido de ascender socialmente e, portanto, desmotivado. Esses fatos criam as condições favoráveis para a emergência de uma língua de intercurso, isto é, uma língua franca na interação comunicativa.

A partir da segunda edição de seus *Princípios de Lingüística Geral* (1954: 206-11) Mattoso Câmara adere explicitamente à proposta de Roman Jakobson (1944) que, dez anos antes, substituíra a noção de ‘substrato’ pela noção etnológica de ‘difusão’. Quer dizer, Jakobson reinterpretara o conceito de ‘substrato’ em termos culturais,

situando-o também fora do sistema lingüístico tanto do ponto de vista diacrônico, como do ponto de vista sincrônico. É a essa a visão que o lingüista brasileiro se refere quando afirma que a ação de substratos não é mais do que um caso de empréstimos feitos por uma língua dominante à língua vencida.

Os empréstimos a quaisquer outras línguas seguem [a] tipologia fonológica e morfológica portuguesa, fixada pelo acervo dos vocábulos populares, provenientes do latim vulgar. Isto em referência ao germânico, ao árabe, a línguas africanas, a línguas asiáticas, aos tupinismos no Brasil, e assim por diante. (Mattoso Câmara 1975: 193)

O grau de difusão é o motivo pelo qual os vestígios das línguas originárias do continente africano se restringem ao âmbito do que o autor chamou de *línguas especiais*, por exemplo, aquelas usadas no contexto religioso. Ao passo que:

Os tupinismos, que podemos considerar como adstrato, compreendem alguns termos comuns (*caipora* ‘indivíduo perseguido pela má sorte’, *pereba* ‘chaga’) e designações do mundo vegetal especialmente as plantas próprias do território brasileiro (*capim*, *peroba*, *acaju*, *jacarandá*) e do mundo animal (*perereca*, *tamanduá*, *tapir*, *acará*, *anum*); são típicos da fala corrente brasileira, os adjetivos *açu* ‘grande’ e *mirim* ‘pequeno’ apostos a nomes como aumentativos e diminutivos respectivamente (ex.: *uma planta mirim* ‘uma plantinha’). (Câmara Jr. 1975: 199-200)

Na história externa dos empréstimos, a situação de contato do português falado com as línguas ameríndias e com as africanas favoreceu a construção e uso uma língua franca: a ação do português europeu sobre as línguas indígenas no período colonial é um caso exemplar de superestrato. O tupinambá, que ficou conhecido como “língua geral tupi, ao lado do português da colônia”, exerce então a função de língua de intercurso (Câmara Jr. 1975: 27).

No Brasil, um grande número de nomes de origem tupi revela a vitalidade dessa língua como meio geral de intercurso nos primeiros tempos da colônia; estão neste caso nomes de estados brasileiros como *Pará*, *Paraná*, *Pernambuco*, ou ainda *Piauí* e *Paraíba* onde entra o na formação o elemento /y/ (/i/, vogal alta posterior) ‘água’. (Câmara Jr. 1975: 212)

Constituído no uso dos falantes de outra cultura e outra etnia, esse papel também é desempenhado pelo português crioulo de África e da Ásia (cf. Câmara Jr. 1975: 9-10). Segundo a hipótese de Mattoso Câmara (1975: 28-9), embora o uso de uma língua de intercurso no período de escravidão propicie o desenvolvimento de um português crioulo, no caso do Brasil, o mais provável é que os falantes provenientes das diferentes nações africanas, como os do grupo Bantu e os do Yoruba, tenham adotado a língua geral indígena para fins de comunicação, principalmente porque o que se observa é que:

The number of africanisms in common use in Brazil can be counted on one's fingers (exs. *cochilar* for European Ptg *dormitar* 'to doze', *quitanda* 'vegetable market', *batuque* 'any of several types of Afro-Brazilian music or dance', *moleque* for European Ptg *gaiato* 'young rogue', *quingombô* 'okra'). (Câmara Jr. 1972: 173)

Para Mattoso Câmara (1975: 30-1), “as diferenças observadas na língua padrão do Brasil e na de Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta influência africana” forte, tal como o fizeram, dentre outros, Renato Mendonça 1933, ou Jacques Raimundo 1941. Somente quando a lógica interna do sistema não prevê uma explicação para certos efeitos observados na pronúncia do português popular é que Mattoso Câmara busca auxílio nas hipóteses relativas a substrato e a um possível processo de criouliização no Brasil.

[N]o português do Brasil, não há fonema tupi ou de outra origem indígena, ou, ainda, de origem africana. [Mas], não há como negar [...] que a língua de superstrato, adstrato ou substrato pode determinar certos itens lexicais [...] que, sem isso, não eram de se esperar. [...] É [...] possível que a eliminação dialetal de /j/ intervocálico, no Brasil, com a redução a /y/ consonântico (*foia*, em vez de *folha*, *oio*, em vez de *olho* etc.) se explique pelo português crioulo dos escravos negros ou pelo substrato indígena, visto que nas línguas indígenas não há oposição /l/-/r/ e /j/, como /l/, podem ter sido por isso mal interpretados. (Câmara Jr. 1975: 55)<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Cf. IPA, /ʎ/ para a consoante lateral palatal. Não se respeitaram os parágrafos na citação.

Como em lingüística a construção do objeto de estudo não é independente do método para abordá-lo, ao mudar de perspectiva para tratar da norma vernácula usada pelas classes mais baixas da sociedade brasileira, Mattoso Câmara (1975: 30-1) passa a abonar explicações que se apóiam nessas hipóteses. De fato, “[o] problema do português popular, é outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas (não necessariamente tupi), e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical”. Quando o objeto de estudo em jogo é a variedade tensa do português brasileiro (tal como Mattoso Câmara denominou a norma dita ‘culto’) são as relações internas do sistema lingüístico que fundamentam sua interpretação e que configuram os fatores do desenvolvimento histórico da língua portuguesa como um todo. Na sua visão e do ponto de vista da norma coloquial espontânea das classes sociais mais altas, *tupinismos* e *africanismos*, amplamente usados pelos falantes do português brasileiro, são peculiaridades que enriquecem nosso acervo lexical quando confrontado ao léxico em uso no português europeu: são vistos como um tipo de *brasileirismo* e reduzidos, assim, a casos de empréstimos lexicais por via de contato com as línguas ameríndias e africanas.

### **3. Vestígios dos falares africanos no português popular brasileiro**

Por que Mattoso Câmara dedicou pouca atenção aos falares de africanos no Brasil?

Preferencialmente, Mattoso Câmara tratou da variedade brasileira do português urbano e ‘culto’ em suas obras. Isso porque nunca perdeu de vista o objetivo de contribuir com suas análises para o ensino de língua materna no Brasil (França 2003). Talvez, essa preocupação constante explique o espaço que Mattoso Câmara dedicou aos falares de africanos no Brasil que, por sua vez, marcaram a constituição do português popular brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂMARA JR., J. M. (1941) *Princípios de Lingüística Geral: Como fundamento para os estudos superiores da Língua Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. (reimpressa em 1942). Rio de Janeiro: Briguiet.
- \_\_\_\_\_ (1954) *Princípios de Lingüística Geral: Como introdução aos estudos superiores da Língua Portuguesa*. 2.<sup>a</sup> ed., rev. e aument. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- \_\_\_\_\_ (1964) *Dicionário de Filologia e Gramática: referente à língua portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Ozon.
- \_\_\_\_\_ (1963) Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In J. M. Câmara Jr. 1972, *Dispersos*, p. 71-87. Rio de Janeiro: FGV.
- \_\_\_\_\_ (1965) *Introdução às Línguas Indígenas*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- \_\_\_\_\_ (1972) *The Portuguese Language: History and structure*. Trad. de A. Naro. Chicago: University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_ (1975) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- FRANÇA, A. (2003) *Para uma Historiografia de Resolução de Problemas: Da 'arte de dizer' na fala carioca às descrições da variante oral do português brasileiro (1937-1960)*. Tese (doutorado em Lingüística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- JAKOBSON, R. (1944) Discussion. *Linguistic Circle of New York. Bulletin*. New York.
- LUCHESE, D. (2001) As duas grandes vertentes da história da sociolingüística no Brasil (1500-2000). *D.E.L.T.A* 17, São Paulo, v. 1, p. 97-130.
- MENDONÇA, R. (1933) *O Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RAIMUNDO, J. (1941) *Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.